

COLABORADORES

CLÁUDIO SOUTO

Professor titular de Sociologia Jurídica da Universidade Federal de Pernambuco. Autor de numerosos livros sobre Ciência do Direito.

NELSON SALDANHA

Professor titular da Faculdade de Direito e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPe. — Escritor.

COSTA PÔRTO

Ex-ministro da Agricultura, jornalista, professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco.

VIRGÍLIO CAMPOS

Graduado em Direito, tem colaborado em revistas de cultura sobre temas relacionados com o Direito Internacional.

SEBASTIÃO VILA NOVA

Graduado em Ciências Sociais, atualmente cursa o Mestrado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPe. Leciona Sociologia na UCP.

JANICE JAPIASSU

Poetisa da nova geração. É autora de "Sete cadernos de amor e guerra"

CÉSAR LEAL

Secretário desta revista, professor de Teoria da Literatura, crítico de poesia e poeta.

A Interação Social

CLÁUDIO SOUTO

1. *Natureza do processo da interação social e sua tipologia básica* — A interação social é a ação relacionada e exteriorizada de pelo menos dois compostos *siv*, sendo *s* = sentimento, *i* = idéia e *v* = volição (positiva ou negativa).

A interação poderá ser *recíproca* ou *não-recíproca*. Não é recíproca, por exemplo, quando o aparelhamento bio-psíquico de um dos elementos que interagem está ausente pela morte ou pelo isolamento bio-psíquico e seus elementos *siv* quedam estáticos em meio de comunicação apenas físico (livro, carta, gravação, película, etc.).

Não há, portanto, nesse caso, *interdependência* de homens, o que nem sempre caracteriza a ação social, a qual se pode dar *post mortem* no que diz respeito a um dos elementos interagentes. Daí deflui não ser necessário que a ação social sempre se desenvolva entre pelo menos dois indivíduos interrelacionados de algum modo: um dos polos da interação pode ser apenas um livro ou uma película cinematográfica.

Interação é tão só ação relacionada de, no mínimo, dois compostos *siv*, seja qual for o veículo de manifestação do sentimento-idéia-volição — orgânico ou meramente físico.

A ação social é superorgânica quanto à sua origem, mas não o é sempre quanto ao seu modo de expressão. O social é o superorgânico cinético, receptivo-ativo ou é estático, apenas ativo, em um de seus polos de interação.

Porisso podemos escrever, sendo u = interação social e a seta entre parênteses significando que a ação poderá ou não desenvolver-se no sentido indicado por essa mesma seta:

$$u = \text{siv} (\longleftrightarrow) \text{siv}$$

Assim, se Leopold von Wiese está certo quando afirma que “o social abarca todas as manifestações e expressões da vida interumana” — se entendermos que essa vida social se prolonga parcialmente para além da morte e da ausência física —, rigorosamente não o está, todavia, por estreiteza de perspectiva, quando vê o social, seguido por tantos Autores, como “as influências mútuas entre os homens”. (Von Wiese, 1932: 153, 159 e 149).

L. R. Siches admite expressamente a interação que chama de unilateral, por exemplo, entre pessoa morta, através de um livro, e pessoas vivas — caso esse de interação do autor sobre o leitor, mas não reciprocamente. (Luis Recaséns Siches, 1965: 430).

É singular e parece contraditório insista Siches — admitindo embora a interação que chama de unilateral — no caráter essencialmente recíproco do processo interativo humano, caracterizado por ele desse modo: “fatos de influência recíproca entre duas ou mais condutas humanas com sentido, influência recíproca que se pode produzir em presença ou à distância, com consequência mais ou menos clara, mas sempre através de fenômenos psicológicos”. (Siches, 1965: 408). Mais ainda: para esse tratadista, “o termo interação denota o fato de uma influência recíproca”. (1965: 407), quando a palavra interação significa a rigor — ainda que não usualmente — tão só *ação* entre dois polos do processo, não de modo necessário “ação recíproca” entre eles. Tanto assim que Hornell Hart pôde definir a interação em geral como “todo processo em que a ação de uma entidade causa uma ação ou um câmbio em outra distinta”. (Hornell Hart, 1949: 158). E é novamente estranho que o mesmo Hornell Hart ao caracterizar a interação *social* o faça do ponto de vista dos “estímulos e reações mútuas entre pessoas e grupos”. (1949: 158).

Dissemos que a ação social não é sempre superorgânica quanto ao seu modo de expressão. Mas tão só quanto à sua maneira de expressão. *Em si mesma*, a ação social é *sempre* intermental ou superorgânica.

Dessarte não é a rigor correta a afirmação de Durkheim de que “não é verdadeiro que a sociedade não se componha senão de indivíduos; ela compreende também coisas materiais e que desempenham um papel essencial na vida comum. O fato social se materializa por vezes até tornar-se um elemento do mundo exterior”. (Émile Durkheim, 1960: 354).

Decerto, o fato social pode materializar-se, mas não há confundí-lo com a sua materialização, pois se trata de um fato meramente intermental ou *intersiv*. A sociedade não pode, pois, numa visualização rigorosa, compreender coisas materiais.

O próprio Durkheim o reconhece implicitamente em outro trecho: “Não vemos inconveniente algum em que se diga da Sociologia que ela é uma Psicologia, se se toma cuidado em acrescentar que a Psicologia Social tem suas leis próprias, que não são as da Psicologia Individual. (Durkheim, 1960: 352).

A interação poderá ser ainda *simples* ou *grupál*. O interagir é o que se faz sem permanência da relação interativa. Já a interação grupál ou associativa implica essa permanência e a semelhança dos polos interagentes.

O fato social é o fato da interação social. Onde haja esta, há o social. Onde este exista, nem sempre há processo grupál, pois pode existir apenas o processo da interação social simples.

Ou seja: o social *começa* onde há o intersiv e se *desenvolve* onde haja o processo intersiv de natureza grupál.

Um processo social grupál é um sistema que sintetiza n interações simples de semelhança (associativas ou de dissemelhança (dissociativas), com predomínio e permanência das primeiras.

Uma terceira distinção básica da interação — interação *primária* ou *secundária* — corresponderá àquelas modalidades de relações interativas que têm sido destacadas tradicionalmente: relações primárias e relações secundárias, sobre cuja caracterização essencial se manifesta divergência.

Parece-nos contudo que o caminho básico para uma delimitação satisfatória é a idéia de distância social.

A distância social entre os compostos interagentes aumenta ou diminui conforme aumente ou diminua a semelhança entre esses compostos.

A unidade de distância social entre os compostos interagentes, pois, é a semelhança. Isto é, quanto mais semelhanças entre esses compostos interagentes menor a distância social entre eles.

Isso posto, as relações fundamentais de interação são: *relações primárias*, aquelas onde há pequena distância social entre os interagentes e, portanto, um alto índice relativo de interação entre eles (a relatividade do índice de interação é referente ao número dos interagentes e esse índice é da frequência e/ou duração do processo interativo) — tais, normalmente, as relações entre esposos, entre estes e os filhos; *relações secundárias*, as em que existe grande distância social entre os interagentes e, portanto, um baixo índice relativo de interação entre eles — tais, normalmente, as relações entre orador e ouvinte.

A caracterização dos contactos em primários e secundários, conforme se estabeleçam de modo direto através dos sentidos ou indiretamente por cartas, telegramas e outros meios de comunicação — não tem na verdade relevância sociológica, pois os meios de comunicação dos compostos individuais ou grupos *siv* não afetam a natureza essencial *intersiv* do social — por isso mesmo que apenas *meios* de comunicação. Basta ver que duas pessoas próximas fisicamente e em comunicação direta pelos sentidos — no chamado contacto face a face — podem estar socialmente mais distantes que duas pessoas que se comunicam indiretamente à distância geográfica.

2. *A transtemporalidade sócio-interativa* — A interação que se realize entre dois compostos *siv* tanto menos se esgota em um passado quanto seja o seu índice energético acentuado e/ou valorado positivamente.

Nessas condições, seus efeitos chegam até o presente e atingem o futuro, ainda quando um dos compostos *siv* tenha desaparecido por ausência definitiva ou temporária. Ou seja, a interação de índice energético alto e/ou eticamente positivo é claramente transtemporal em seus efeitos. Com uma ressalva, implícita no que já escrevemos: — a interação de que um dos polos se localize no passado exteriorizado, tem esse polo estático, apenas ativo. Nessa hipótese, o composto individual *siv* atua através de gravação localizada na memória do outro polo de interação, que, em certo sentido — mas apenas em certo sentido — interage consigo mesmo.

Simmel caracterizaria essa hipótese como de isolamento: "... ele é uma ação recíproca ('Wechselwirkung') de que uma das partes, após exercer certas influências, se separou de modo real e apenas idealmente continua vivendo e continua atuando no espírito do outro sujeito". (Georg Simmel, 1928: 55-56).

Mas, naquela situação interativa, o isolamento *do polo de interação que atua a memória* inexistente claramente do ponto de vista sociológico. Na verdade, *não existe nem pode existir o chamado "isolamento social"*, pois sempre compostos individuais ou grupais *siv* operam mediante gravações na memória do outro polo de interação, fisicamente, mas não socialmente, "solitário".

Isolamento autêntico é, porém, aquele que se observa nos casos muito excepcionais onde não há socialização humana (crianças criadas entre animais). Contudo, nesses casos não há propriamente isolamento social, porque o social humano não foi atuado pelo processo de socialização. Há simplesmente isolamento da sociedade humana.

Desse modo, podendo a interação ser, não apenas recíproca, mas também não-recíproca, o ator, desde que já tenha sido

socializado, nunca age isoladamente, ainda quando fisicamente isolado. Nessa acepção ampla da interação social, não há, pois, como se possa distingui-la da ação social ou vice-versa.

O composto *siv* interage, porém, efetivamente consigo mesmo através de sua energia *siv* emitida no passado e conservada no presente por instrumental físico (exteriorizado socialmente portanto). É o caso, por exemplo, do indivíduo que interage com livro seu escrito no passado e conservado, pela publicação, no presente.

R. F. Bales chega mesmo a escrever: "... qualquer pessoa dada pode ser um objeto para ela própria. Isto é, em sua qualidade de pensador, avaliador ou ator, pode pensar sobre si própria, ter reações emocionais ou julgamentos avaliativos sobre si mesma, e atuar de um modo em relação à outra parte de si própria que está tentando a atuar de maneira contrária... Um indivíduo sozinho em uma sala resolvendo um problema, falando consigo mesmo ou raciocinando em voz alta, tecnicamente se olha, assim, como engajado em interação, e até onde a interação é com "self" — um objeto social — o ator é encarado como envolvido em interação social" (Robert F. Bales, 1956: 30-31).

Repare-se, todavia, — e tudo indica que a ressalva é válida — que essa modalidade interativa apontada por Bales carece, para caracterizar-se como interação verdadeiramente *social*, de que ambos os polos interativos *siv* se tenham exteriorizado socialmente alguma vez e de algum modo.

O presente na interação se interrelaciona dessa maneira com o passado que se conserve no presente, disponível por meios físicos, ou bio-psíquicos (estes últimos no caso de interação de um só polo biopsíquico). Mas isso em um sentido passado → presente e não (ao menos por enquanto) em um sentido presente → passado.

Também o presente na interação se interrelaciona com o *siv* futuro que seja representado na mente de um dos polos de interação sob a forma de *siv* esperado a partir de um início de

movimento no sentido desse mesmo *siv*. Pouco importa para efeito dos resultados desse interagir que a antecipação não se venha a concretizar tal como representada. Temos aí uma interação com a tônica em um dos polos biopsíquicos e de sentido futuro → presente.

Destarte, a interação de polos *siv* se faz, não apenas na dimensão tempo presente ⇔ presente mas nas dimensões passado → presente e presente ⇔ futuro.

3. *Movimento interativo, "estrutura" social e estrutura cultural* — Somente os compostos *siv* cristalizados em meios físicos de comunicação (livros, películas cinematográficas, normas escritas) ou na memória de compostos *siv* vivos (comportamentos lembrados, normas costumeiras) são estáticas no sentido limitado de já não se modificarem, embora continuem a determinar modificações. A esses compostos *siv* se reduz a estática social. Tudo o mais é movimento (cinese) em sociedade. Tudo o mais é *processo* social.

Desse modo a cultura é, naquele sentido, estática, porque, em si mesma, se compõe de sentimentos e idéias — de normas — em meios suborgânicos de comunicação ou na memória orgânica humana. Assim, a cultura chega a se corporificar de uma estrutura física ou orgânica.

Já os processos sociais — entre os quais se inclui, nessa ordem de pensamento, o processo grupal ou os grupos sociais —, dado o seu acentuado e incessante movimento, não dispõem a rigor de uma *estrutura*, palavra que lhes parece um tanto inadequada. Sem que esse reparo terminológico possa obscurecer que esses processos possam apresentar uma "permanência" de interrelações, aferível antes de tudo pela simples frequência numérica das mesmas.

Mas isso tudo significa que a estática social, e consequentemente a perspectiva estruturalista, hoje dominante, não apreendem senão uma dimensão derivada — embora importantíssima — da realidade social total, esta primariamente cinética e só secundariamente estática. O próprio imóvel da realidade so-

cial determina movimento... E o próprio imóvel da realidade social se movimenta, embora não por si mesmo, no sentido de aumento ou declínio de sua aceitação ou de sua morte — com ou sem renascimento. Nessa perspectiva, o próprio imóvel da realidade social nasce, cresce e perece, como tudo no mundo da natureza orgânica e superorgânica.

Em verdade, o que faz a essência da realidade social é o intermental, onde começa e onde está o domínio do superorgânico. Tudo o que não for o intermental ou, especificamente, o *intersiv*, é apenas meio de sua comunicação. Ora, essa realidade essencial intermental dificilmente apresentará, em si mesma, uma “estrutura”. “Estrutura” não parece a palavra adequada para designar essa realidade nova, superorgânica. Chamar de estrutura uma alta frequência de relações intermentais parece forçar metaforicamente o uso lingüístico, prejudicando uma maior precisão científica de linguagem.

Na verdade, expressões como “estrutura religiosa”, “estrutura educacional”, “estrutura política”, relativas a “padrões identificáveis de papéis (roles) que se organizam primariamente em torno do cumprimento de alguma função ou atividade social” (Neil Smelser, 1969: 4), são metáforas definidas em redundância, desde que os papéis sociais (“marido”, “mulher”, “votante” etc.) se reduzem às normas da interação social.

Repare-se ainda que a faixa da estrutura social se cerca atualmente de incerteza teórica: “um sindicato obreiro pode ser descrito tanto como um grupo com membros individuais, como um sistema de papéis interrelacionados... No presente estado da Sociologia, tanto análise de grupo como análise estrutural se empregam largamente; mas ainda não foi estabelecido se uma delas, ambas, ou nenhuma das duas é a melhor base para organizar o conhecimento sociológico”. (Smelser, 1964: 5).

Além do mais, a palavra “estrutura” tem uma conotação estática e atemporal que pode desviar os espíritos — e o tem feito — do caráter essencialmente móvel e temporal da realidade social total. Ilustra bem essa possibilidade de desvio o

seguinte trecho de Peter Blau, que se refere a “processo social” e a “estrutura social”: “A diferença é essencialmente análoga àquela entre o exame microscópico de processos fisiológicos em grande minúcia e a dissecação anatômica do organismo total para estudar sua estrutura (Peter Blau, 1969: 59).

Em suma: a realidade social é essencialmente uma realidade de processos e só instrumentalmente uma realidade de estruturas — estruturas físicas e orgânicas. Pois o superorgânico — o social ou *intersiv* — se instrumentaliza do físico e do orgânico como meio de expressão.

A estrutura que a teoria sociológica possa descobrir na realidade social não é na verdade propriamente social, mas cultural; somente quando relações interativas se corporifiquem culturalmente, através de um instrumental físico ou orgânico — instrumental que *estrutura* a cultura — é que se pode ter uma estrutura e não já processos sociais. Assim, um sistema de leis, um código é uma estrutura cultural instrumentalizada fisicamente em forma de livro. Nem há, a rigor, uma estrutura política, uma estrutura econômica, etc., e sim uma estrutura cultural política, uma estrutura cultural econômica, etc.

Ora, essas estruturas culturais se reduzem essencialmente às normas ou padrões respectivos. O próprio Peter Blau reconhece que “as estruturas sociais são abstrações, cujas manifestações diretamente observáveis são padrões de conduta”. (1969: 51).

Contudo, a sociologia de hoje atua como se assim não fosse. Desse modo, observa Coleman, “a atual negligência nos leva a suspeitar que a disciplina inteira da Sociologia evoluiu para o estudo da estática social, e se tornou impotente em face da mudança” (James Coleman, 1969: 112).

A cultura, pela sua corporificação estrutural física ou orgânica, será uma fotografia da realidade social — uma nítida fotografia —, mas como tal, sem movimento próprio. Dessa maneira, divisão de trabalho, papéis, se reduzem obviamente

ao normativo da cultura. Ou seja, o sistema de normas escritas e costumeiras de um determinado grupo define fundamentalmente sua divisão de trabalho e os papéis correspondentes.

O estudo da cultura é, destarte, tradicional — anterior ao da Sociologia — e de grande importância científica, porém nela não estão diretamente a vida e o movimento da sociedade, que urge buscar também nos processos sociais, que se movimentam em uma dimensão tempo e que geram a própria cultura.

Uma chave para o deslinde desses processos, chave que padroniza o movimento tão difícil de apreender em suas regularidades, são as normas não-escritas e não-costumeiras, que disciplinam aquele movimento.

Mas o comportamento em sociedade, quando não é normativo culturalmente? Quase nunca. Mesmo quando se trate de situações concretas, implicando adaptação normativa à especificidade dessas situações, tal adaptação se faz de acordo com normas da cultura, padronizadamente. O homem excepcional a exemplo do santo, ou do herói, ou do excêntrico, não é senão aquele que agiu em função de normas excepcionais ou culturalmente previstas.

Quase nunca, dissemos. Há apenas uma exceção: quando a conduta se paute por norma informada por conhecimento novo, original, seja ele científico, metacientífico, artístico, técnico. Assim, o homem de talento criador, na medida em que atue de acordo com sua criação, esta sendo nova, ainda não padronizada, escapa às normas positivas ou negativas das culturas. Mas essa é uma faixa limitadíssima de autonomia, tão limitada quanto a criação cognitiva autêntica. O próprio homem criador na quase totalidade dos seus atos é padronizado culturalmente, como o homem comum. Como o homem comum ele é pecador, santo, covarde, herói, aberto, preconcebido, interessado, desinteressado, cumpridor, desviante, etc., com predominância mais ou menos prolongada de uma dessas características culturais.

Acresce que o homem, mesmo o criador, não cria realmente, antes recria a natureza, ou a refaz para seu uso limitado, descrevendo cognitivamente os seus traços considerados essenciais de realidade e de harmonia. O criador humano é um mero descobridor. Tal é, realisticamente, a condição humana atual.

4. *O movimento de aproximação e afastamento no espaço interativo* — Um dos efeitos da interação é que os dois polos relacionados ou apenas um deles — no caso de um desses polos não dispor de aparelhamento biopsíquico próprio — se movimentam em aproximação ou em afastamento do outro. Esse movimento se explica básica e respectivamente pela semelhança ou dessemelhança, *na relação* de que se trate, dos polos *siv* de interação.

Nota-se, pois, que a partir do conceito de interação social fixado neste trabalho, altera-se conseqüentemente o conceito de espaço social. Esse se vira como “uma espécie de universo composto pela população humana da Terra” (Pitirim A. Sorokin, 1964: 4). Mas não é essa idéia de espaço compatível com um conceito de interação onde caiba o relacionamento entre mortos e vivos. O espaço social é, antes, o universo das ações relacionadas dos compostos *siv* — sejam estes compostos individuais ou grupais, vivos ou mortos. O espaço social é o espaço da interação social.

Obviamente, como já se mostrou a contento, a distância social não coincide com a distância meramente física. Isso essencialmente, porque a unidade negativa de distância social é a semelhança. Quanto menos semelhança entre os compostos *siv*, mais distância social entre eles.

Para Sorokin, enfatizando as posições sociais, “quanto maior for a semelhança das posições dos diferentes homens, maior será a sua proximidade no espaço social. Quanto maiores e mais numerosas forem suas diferenças..., maior será a distância social entre eles”. E critica a concepção de distância social de R. Park e E. Bogardes como “puramente psicológica e não sociológica. Do ponto de vista deles, pessoas que psicolo-

gicamente se gostam estão socialmente próximas; as pessoas que se desgostam estão socialmente distantes. ... Um senhor e um escravo, um rei e um pedinte podem apreciar-se muitíssimo. Porém, concluir daí que suas posições sociais são similares ou que não existe grande distância social entre eles, seria completamente falacioso". (Sorokin, 1964: 6 e 10).

Contudo, também a perspectiva de Sorokin é passível de crítica: a mesma posição social pode acompanhar-se de grande dessemelhança e distância social, como no caso de antipatia e ódio entre dois escravos.

Daí aludirmos a um composto complexo sentimento u idéia u volição para caracterizar a semelhança como unidade negativa de distância social. A semelhança que aproxima é no sentimento, na idéia e na volição, é entre compostos *siv*, considerados cada um como um todo. Nesse todo está imanente a posição social, porque nesse todo está a carga normativa que os compostos *siv*, mesmo quando apenas orgânicos, transportam. Mas a ele também inerem sentimentos de simpatia e antipatia. Afinal cada composto *siv* é o universo dos sentimentos, idéias e volições do homem.

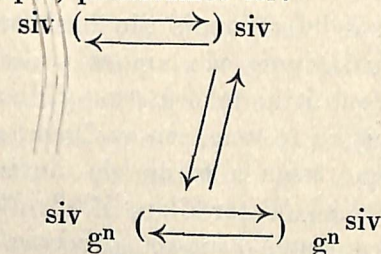
Mas o movimento social de aproximação ou afastamento, seja bilateral, de dois polos de interação, ou unilateral, de apenas um deles, é incessante, o que significa que a distância social entre dois polos interativos varia continuamente e que o mundo do social está em movimento ininterrupto.

Se, porém, os compostos *siv* interagem com predominância da semelhança em suas relações, ou, o que é o mesmo, com um maior índice de aproximação que de afastamento, não sendo pois relativamente alta a distância social entre eles, aí está o processo grupal *lato sensu*, comportador de numerosas matizes do agrupamento, conforme o índice — sempre relativamente baixo — de distância social dos elementos *siv* componentes.

O incessante movimento do social não dispõe porém de energia geneticamente própria: sua energia é a dos compostos *individuais* em interação. É a energia do sentimento, da idéia

e da vontade, capaz normalmente de instrumentalização orgânica e apta eventualmente às mais poderosas instrumentalizações de energia física da natureza conhecida. Apta, também, ao controle dessas instrumentalizações poderosas por normas jurídicas e morais, não obstante a acentuada insegurança hodierna desse controle.

5. *As possibilidades de interação social* — Se quiséssemos uma figuração simples das possibilidades de interação social, como ação intra-individual exteriorizada, inter-individual e intergrupal, poderíamos ter:



Sendo *siv* = sentimento u idéia u volição, individual, orgânico,

siv
gn = sentimento u idéia u volição, derivado, grupal, em si mesmo não-orgânico de *n* grupos (um ou mais grupos);

e os parênteses indicando que o contido por eles pode ou não ocorrer na relação que se considere.

Os grupos, como os indivíduos, podem estar mortos, e, no entanto, constituem um polo da interação, instrumentalizado fisicamente seu *siv* derivado (grupal) através dos documentos históricos ou arqueológicos que transportam sua cultura.

O elemento orgânico *siv* que recebe a interação, sempre interage com relações intergrupais, pois essa é a realidade interativa, realidade de "relações sociais dos homens e grupos humanos" (Von Wiese, 1932: 156) ou, mais precisamente, realidade de relações sociais de *siv* individuais e derivados ou

grupais. Nessas relações intergrupais, um grupo determinado pode ter o relevo, ficando outros em sombra. Por outro lado, cada polo grupal de interação se compõe de n grupos. Tal a complexidade das relações sociais. Esses n grupos, ou o que é o mesmo, o polo grupal de interação, é, em realidade, do ponto de vista da relação com o *siv* individual interagente, *tão só outro ou outros siv individuais que são os portadores do siv derivado ou grupal e atuam como tais*. Isso reduz a decantada complexidade das relações sociais e desdiz qualquer diferenciação agudamente essencial entre a macro e a microsociologia.

Os processos intergrupais são basicamente os mesmos que os interindividuais, pois são ambos processos *intersiv*. Peter Blau pensa o contrário: mas a exemplificação que aduz não é convincente, pois se resume, em essência, na “competição entre coletividades, que toma a forma de movimentos sociais de indivíduos entre elas” (Peter Blau, 1963: 70 e 61). Ora, a competição é, basicamente, o mesmo processo social, quer atue entre indivíduos ou entre grupos.

Não há, na verdade, como confundir o *intersiv* com o meramente individual, ou *siv*. Os processos meramente *siv*, estes sim, como processos psicológicos, se distanciam dos processos intergrupais.

As relações sociais são os processos sociais e não se podem encarar propriamente, como pretendeu Von Wiese, como o resultado de processos sociais (1932: 156-157). Apenas, os processos sociais básicos condicionam relações menos fundamentais e reciprocamente.

Repare-se que os outros processos sociais, mesmo os básicos, se verificam ou se podem verificar dentro do processo grupal, que é o processo social mais complexo.

A interação social se manifesta sempre entre pelo menos dois polos *siv*, o que não obsta se possa verificar também interação ou ação relacionada entre um composto *siv* e o meio físico ou biológico. Mas, essa interação, não é socialmente — como no caso de interação entre um homem e um animal, pois

a sociedade animal-homem não é a sociedade humana, objeto da Teoria Sociológica.

Portanto, a Demografia e a Ecologia — cuja perspectiva “envolve a interpretação de eventos como aspectos de organismos humanos considerados em seus meios físicos e biológicos e em relação às coordenadas de espaço e tempo, sem referência na primeira instância quer aos sistemas psicológicos ou às relações sociais dos organismos” (Smelser, 1969: 3) — não se incluem propriamente no âmbito da Teoria Sociológica.

Isso apesar da inegável importância de variáveis ligadas ao meio físico ou biológico para a explicação da conduta total do homem. Mas a conduta *social* humana é uma abstração dessas variáveis e das variáveis humanas congênicas, também de importância inegável. O que significa que a situação considerada especificamente pela Teoria Sociológica é a abstração “situação social” ou a conduta, em relação a um polo *siv* de interação, de outros compostos *siv* de interação.

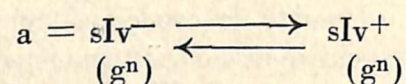
Daí ser plenamente dispensável em Teoria Sociológica o conceito “situação”, pois se reduz ele à própria ação interagente de compostos *siv*.

Repare-se que, do ponto de vista social, só importam os *siv* de algum modo exteriorizados. Assim, na incorporação, os polos de interação apresentam semelhança dos elementos *i*, com ênfase nos elementos *i*, sendo que o elemento *v* tem um sentido positivo ou afirmativo da semelhança — sentido de conduzir-se de acordo com a(s) idéias(s) semelhante(s). Desse modo, teremos, sendo c = cooperação, g^n = grupal de qualquer número e os parênteses indicando que o contido por eles pode ou não ocorrer na relação.

$$c = \underset{(g^n)}{sIv^+} \begin{array}{c} \xrightarrow{\quad} \\ \xleftarrow{\quad} \end{array} \underset{(g^n)}{sIv^+}$$

Na cooperação, o elemento *s* é um elemento de euforia do compostos *siv* se a exteriorização dos elementos *Ivvse* harmoniza com a realidade psíquica íntima do composto *siv*.

Já no antagonismo (que chamamos *u*), os polos de interação apresentam dessemelhança dos elementos *i*, com ênfase nesses elementos, tendo no processo o elemento *v* um sentido negativo da semelhança — sentido de não conduzir-se de acordo com idéia(s) semelhante(s).



No antagonismo, o elemento *s* é um elemento de disforia do composto *siv* se a exteriorização dos elementos *Iv* se harmoniza com a realidade psíquica íntima do composto *siv*.

O antagonismo é concorrência ou conflito conforme seja menor ou maior o índice de dessemelhança dos elementos *i*, com índice correspondente de disforia.

Note-se, ainda, de outro lado, que chamar instituições tanto grupos com persistência pouco modificada para além do período de vida individual — a exemplo da Igreja Católica e do Exército —, como institutos normativos também persistentes e pouco modificados — a exemplo da propriedade privada e da forma democrática de governo (nesse sentido Peter Blau, 1969: 66) —, apresenta a clara inconveniência de usar-se da mesma expressão para designar fenômenos sociais heterogêneos. A redução teórica parece aí claríssima: no primeiro caso, têm-se processos grupais de natureza peculiar, no segundo, sistemas normativos. Ou seja: as chamadas instituições se reduzem aos processos grupais ou às normas de conduta social.

6. *A mensagem normativa dos polos interagentes* — Que comunicam os polos de interação? Tenham esses polos base orgânica e sejam receptivos-ativos ou estejam cristalizados inorganicamente ou como mera memória orgânica e sejam só ativos e não receptivos — como quer que seja, eles comunicam sempre *siv*. Através de atividade orgânica — palavras, gestos, reações somáticas ou de meios físicos (matéria impressa, material sonoro, cinematográfico, obras de engenharia e arquitetura, etc.) ou psíquico-físicos (memória).

Mas o *siv* individual humano assim comunicado de forma vária, porém atual — seja ele vivo e presente, vivo mas ausente, ou morto — é sempre igual à norma de conduta. Se não, vejamos.

O elemento *s* dos compostos orgânicos *siv* é sentimento e sempre sentimento do que deve ser (agradável) e do que não deve ser (desagradável). A atividade bio-psíquica *siv* é um movimento contínuo de conhecer (*i*), de sentir que algo deve ou não deve ser em função de *i* (*s*), de atuar interna ou também externamente em função de *si* (*v*). Esse movimento contínuo do *siv* individual vivo, orgânico, seria de apreensão difícilíssima em termos científicos se não fosse um dinamismo quase que totalmente padronizado pelas normas ou *siv* cristalizados e apenas ativos. De fato, a inovação autêntica, levada a efeito pelo movimento orgânico do elemento individual *i* é reduzidíssima.

Repare-se que o elemento *i*, por mais destaque que receba em uma determinada relação, nunca se dissocia — senão por abstração — dos elementos *s* e *v*. O próprio homem de ciência quando procura fielmente a neutralidade metodológica — aliás nunca totalmente realizada, nunca integralmente efetiva —, ele sente claramente, em função do que sabe, que uma construção teórica deve ser e não outra, e experimenta bem-estar diante do que deve ser. Um bem-estar por vezes de todo semelhante ao que experimentaria diante do belo — ou do sentimento do que deve ser em função do conhecimento artístico. Um bem-estar que atrai, embora não fatalmente, a volição positiva.

Verifique-se qualquer conversação. Os interlocutores comunicam mutuamente conhecimentos, normas de conduta, ou julgamentos de conduta. Como quer que seja, comunicam sempre compostos *siv*, pois, ainda quando se informam ou informem, é automática a presença do sentimento de dever ser face ao conhecido, no mínimo quanto à adequação ou inadequação à realidade do conhecimento recebido ou transmitido — com a conseqüente agradabilidade (*s*⁺) ou mal-estar (*s*⁻) em relação ao conhecido.

Ou seja: a comunicação *siv* na interação social é igual à comunicação de julgamentos abstratos ou concretos de dever ser, ou, o que é o mesmo, a normas abstratas ou concretas de conduta social. Ou ainda: a interação social se dá entre dois polos transmissores de normas, ainda quando um dos polos tenha encerrado a sua possibilidade de produção normativa, e apresente cristalizada a sua carga de normas, e seja insusceptível de produzir novas normas (morte orgânica).

Não escrevera já Durkheim que o que é social é obrigatório, definindo o social por essa obrigatoriedade — “é fato social toda maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior” — ? (E. Durkheim, 1963: 10 e 12).

Tente-se reduzir qualquer conversa ao binômio deve ser/não deve ser. Constatar-se-á que tudo que se comunica, seja conhecimento, norma ou julgamento, deve ou não deve ser, portanto é *norma positiva ou negativa de conduta* para cada um dos interlocutores e para o observador.

O conhecimento em si mesmo, como produto acabado, *abstraido* do humano, que o gerou e/ou comunicou, esse é claramente do domínio do ser: o conhecimento em si mesmo apenas é, não deve ou não deve ser. Mas, na realidade social, realidade inter-humana ou *intersiv*, o conhecimento é sempre ligado ao humano e porisso sempre associado ao sentimento do que deve e do que não deve ser. Porisso o conhecimento, na interação social, sempre se apresenta como conteúdo de uma norma, seja esta técnica, artística, ética, jurídica ou outra.

Isso compreendido, facilita-se enormemente a experimentação nas chamadas ciências sociais, procedimento que, possibilitando a repetição das experiências, é de enorme vantagem para o acúmulo de dados empíricos confiáveis. Se o social é o *intersiv* e se este é afinal o internormativo, as consequências metodológicas são claras. Por exemplo, podem-se criar situações normativas experimentais de justiça ou injustiça, de moralidade ou imoralidade, de acerto ou erro técnico-científico, de beleza ou desarmonia, e verificam-se as diferenciações das rea-

ções somáticas correspondentes, comparadas em um grupo experimental e em um grupo de controle.

De fato, se o *intersiv* é o internormativo, parece ruir uma pretensa barreira à experimentação nas ciências humanas: a de que cada homem seria único e não-repetitivo. Ora, sem querer discutir essa unicidade no campo metacientífico, o que não nos cabe aqui, não parece haver dúvida de que no setor da ação social a conduta humana é bem mais padronizada do que geralmente supõem os críticos do método experimental.

Verdadeiramente, a pergunta que cabe é, antes, a seguinte: que conduta social humana *não* é padronizada? Raríssimas ações sociais não o são: em circunstâncias de normalidade psíquica, apenas aquelas cuja norma se informe de novo conhecimento, descoberto pelo próprio agente. Vale dizer: somente os autênticos inovadores no campo da ciência, da moral, do direito, da arte, da técnica, não são padronizados em seu atuar e tão só na faixa estreitíssima de sua inovação, e na estreiteza ainda maior do momento inicial da descoberta. Em tudo o mais, isto é, na quase integralidade de suas ações, os inovadores são padronizados e são homens comuns. A própria excentricidade pode ser padronizada.

Avançadamente notara Durkheim em seu tempo: “vítimas de uma ilusão, acreditamos ser produto de nossa própria elaboração aquilo que nos é imposto do exterior” (Durkheim, 1963: 4).

A regra da ação social não é a individualidade, porém a padronização. Mais ainda: a individualidade social é excepcional e quase inexistente: os inovadores (autênticos) são muito raros e, ainda mais, a inovação é raríssima em suas vidas.

Mas se isso é verdade, assegura-se à experimentação no campo das ciências do homem seu mérito metodológico principal que é a real repetitividade dos experimentos, possibilitando-se a confiança necessária a que se comece a construir, em bases seguras, a sociologia teórica.

Já Weber notara que, sendo “indispensável... o controle da interpretação compreensiva do sentido pelo resultado: a direção no decurso fáctico... ele pode conseguir-se com relativa precisão só nos infelizmente poucos e muito especiais casos adequados de experimentação psicológica”. (Max Weber, 1925: 4-5).

Bem se vê a importância de abrirem-se, com a renovação da teoria sociológica, os caminhos da experimentação freqüente em Sociologia.

A comunicação sempre *siv*, igual à norma de conduta, dos polos de interação, facilita ainda, uma vez compreendida, a redução operacional da teoria sociológica.

Assim — e já tocamos de leve no assunto — o conceito de situação se reduz essencialmente ao elemento *i* do composto *siv*, bastando lembrar a propósito a clássica perspectiva de que sendo a situação “um conjunto de valores e atitudes com que o indivíduo ou o grupo têm de ocupar-se num processo de atividade e em relação a que esta atividade é planejada e seus resultados apreciados”, “a definição da situação, isto é, a concepção mais ou menos clara das condições e consciência das atitudes... é um preliminar necessário a qualquer ato da vontade” (William I. Thomas and Florian Znanienki, 1958: 68). Importa, pois, à teoria sociológica não propriamente a situação, mas a *idéia* que os atores tenham da mesma.

Perspectiva similar à nossa é a de Cottrell, Jr.: “A pessoa responde numa situação social de acordo com a sua própria definição da situação... Essa definição usualmente se desvia daquela de um observador, a não ser ou até que o último se identifique estreitamente com o primeiro... Por situação social se expressa o sistema de padrões self-outro, compreendendo um dado interato (os termos situação social e interato social como usados aqui são equivalentes e podem-se usar um pelo outro)”. (Leonard S. Cottrell, Jr., 1955: 65).

De outra parte, a que se conduziria a *motivação social*, que tanto interessaria, como se tem pretendido, o sociólogo teó-

rico, se eliminássemos a comunicação *siv* dos polos de interação? A nada, pois é o *siv* — com a tônica no elemento *v* — que explica a motivação social e não o contrário. Isso se entendermos por motivo “um estado interior que energiza, ativa ou move (daí “motivação”), e que dirige e canaliza o comportamento para fins “e por motivos sociais” aqueles motivos não demonstravelmente a serviço direto de necessidades físicas. (Bernard Berelson and Gary A. Steiner, 1964: 240).

Opiniões e crenças (estas últimas “por vezes chamadas valores ou sentimentos” — Berelson and Steiner, 1964: 558) se reduzem aos compostos *siv*, variando apenas o teor da energia dos elementos *s,i,v*, sempre presentes, dos compostos: ora a tônica será nos elementos *si* com relevo do elemento *i* (opiniões), ora nos elementos *si*, com relevo do elemento *s* (crenças).

Tem-se definido a *atitude* como uma predisposição de conduta ou predisposição para perceber, sentir, pensar e comportar-se em relação a alguma coisa (assim Fred N. Kerlinger, 1967: 375). Mas é claro que o ator tendo incorporado mentalmente um sistema *siv* — ou normativo — aceito por ele, não é senão em virtude dessa aceitação que se predispõe em seu comportamento. O essencial é simplesmente, pois, a aceitação de padrões de comportamento.

Será necessário dizer que a redução teórica não nega necessariamente aquilo que se reduz? Que, de modo básico, se trata apenas de separar conceitualmente o essencial para uma melhor operacionalização?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALES, Robert F. — A Theoretical Framework for Interaction Process Analysis, in Group Dynamics, Research and Theory, Edited by Dorwin Cartwright & Alvin Zander, Row Peterson and Company, Evanston, Illinois, 1956.
- BERELSON, Bernard and STEINER, Gary A. — Human Behavior, An Inventory of Scientific Findings, Harcourt Brace, New York, 1964.
- BLAU, Peter M. — Objectives of Sociology, in a Design for Sociology: Scope, Objectives and Methods, Edited by Robert Bierstedt, The American Academy for Political and Social Science, Philadelphia, April 1969.

- COLEMAN, James S. — The Methods of Sociology, in *A Design for Sociology: Scope, Objectives and Methods*, Edited by Robert Bierstedt, The American Academy of Political and Social Science, Philadelphia, April 1969.
- COTTRELL, Leonard S. — The Analysis of Situational Fields in Social Psychology, in *Small Groups, Studies in Social Interaction*, Edited by A. Paul Hare, Edgar F. Borgatta, Robert F. Bales, 1955, Alfred A. Knopf, New York, 1955.
- DURKHEIM, Émile — *Le Suicide, Étude de Sociologie*, Presses Universitaires de France, Paris, 1960.
- As Regras do Método Sociológico, trad. de Maria Isaura Pereira de Queiroz, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1963.
- HART, Hornell — Interacción, Interacción Social, in *Diccionario de Sociologia*, Henry Pratt Fairchild, Editor, trad. de T. Muñoz, J. Medina Echavarría y J. Calvo, Fondo de Cultura Económica, México, 1949.
- KERLINGER, Fred N. — *Foundations of Behavioral Research, Educational and Psychological Inquiry*, Holt, Rinehart and Winston, Inc., New York, 1967.
- THOMAS, William I and ZNANIECKI, Florian — *The Polish Peasant in Europe and America, Volume I*, Dover Publications, Inc., New York, 1958.
- SICHES, Luis Recaséns — *Tratado de Sociologia, Volume II*, Trad. de João Baptista Coelho Aguiar, Editora Globo, Porto Alegre, 1965.
- SIMMEL, Georg — *Soziologie, Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftungen*, München und Leipzig, Verlag von Duncker & Humblot, 1923.
- SMELSER, Neil J. — The Optimum Scope of Sociology, in *A Design for Sociology: Scope, Objectives, and Methods*, Edited by Robert Bierstedt, The American Academy of Political and Social Science, Philadelphia, April 1969.
- SOROKIN, Pitirim A. — *Social and Cultural Mobility*, The Free Press of Glencoe, Collier-Macmillan Limited, London, 1964.
- WEBER, Max — *Wirtschaft und Gesellschaft, in Grundriss der Sozialökonomik, III Abteilung, I. Halbband*, Tübingen 1925, Verlag von J. C. B. Mohr (Paul Siebeck).
- VON WIESE, Leopold — *Sociología (Historia y principales problemas)*, Traducción por Rafael Luengo Tapia, Editorial Labor, S. A., Barcelona, 1932.

Historicidade e Exemplaridade

NELSON NOGUEIRA SALDANHA

(Ensaio escrito originalmente para o volume de ensaios em homenagem a Miguel Reale)

Assim como o saber histórico não se acha referido a um mero “passado”, no sentido morto e estático desta palavra, do mesmo modo já não cabe falar da História apenas como referida às “singularidades”: a idéia de história é, para a consciência culta, instrumento de permanência, sendo a história a ocasião mesma de permanências e singularidades. Os “eventos” históricos se dão sobre linhas constantes e traços permanentes. O saber histórico, em qualquer de seus graus, se faz de referências acumuladas sobre determinados objetos, cuja caracterização e localização nos contextos de tempo e espaço não poderiam implicar tão somente categorias “singulares”.

Na verdade, é a repetição ou persistência de tais referências que faz um objeto histórico, ou seja: dá-lhe, ao evento ou à figura, imagem historicamente caracterizada. O saber histórico, que por si mesmo é *comparador*, já pela tradição que remonta aos gregos, já pela índole mesma e pela intenção da perspectiva do historiador, vai-se fazendo e refazendo com referência a dados plurais que se combinam. A comparabilidade dos dados, que a ciência histórica utiliza, corresponde ao sempre alegado caráter “singular” dos objetos do saber histórico (caráter que levou Windelband, na distinção famosa, a opor aquela ciência, como *idiográfica*, às ciências *nomotéticas* ou *generalizantes*). Mas o fato, ou a imagem, que é o dado histórico, é singular dentro de generalidades. Isto é: não se acha solto nem desligado, acha-se posto numa perspectiva, num contexto feito de traços gerais. Esses traços são também parte do fato, são também objeto do saber histórico. Com singularidades e permanências faz-se a história, cuja configuração, em última